

Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica

LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA*

O diário italiano **Il Paese Sera**, na edição de 3 de abril de 1982, noticiou a invasão do arquipélago das Malvinas/Falklands pelas tropas da Argentina, comentando que a Junta Militar, que governava o país já havia decidido realizá-la, devido às “previsões da ocorrência de petróleo na região” e, talvez, com o objetivo de desviar a atenção do povo dos problemas internos e da “desastrosa situação econômica” do país,¹ cujo PIB, em 1981, registrava uma queda de mais de 14%, a dívida externa, saltara de US\$ 27 bilhões em 1980, saltava para US\$ 35 bilhões, em fim de 1981, e a bancarrota das empresas, sobretudo da indústria argentina, somava cerca de US\$ 2 bilhões. Também **La República**, em artigo assinado por Saverio Tutino, comentou que, “além do petróleo”, motivos de ordem interna haviam impelido o general Leopoldo Galtieri (1926-2003),² chefe da Junta Militar, a reavivar uma “peça emocional de inspiração chauvinista”,³ como a soberania sobre o arquipélago das Malvinas/Falklands, ocupado pela Grã-Bretanha. Igualmente, de Washington, o embaixador do Brasil, Antônio Azeredo da Silveira, informou ao Itamaraty que os meios de comunicação dos EUA estavam a apontar como os “principais responsáveis pela atitude da Argentina: a necessidade de apoio interno para o governo Galtieri e a possibilidade de existência de petróleo na plataforma continental das Malvinas”.³

De fato, a possibilidade da existência de petróleo nas Malvinas/Falklands era real. Em 1993, a British Geological Survey anunciou a existência de uma zona de exploração de petróleo a 200 milhas em torno das ilhas e dados geológicos (coletados através de explosões que provocam ressonâncias sísmicas, como uma espécie de pequeno terremoto controlado) sugeriram substanciais reservas capazes de produzir 500.000 barris por dia. Também há estimativa de que o volume de petróleo possa ser de 60 bilhões.⁴ Porém, segundo os analistas da Edison Investment Research nenhum desses volumes foi ainda comprovado, embora se saiba que o campo de Sea Lion tem um tamanho quase ao descoberto no Mar do Norte da Grã-Bretanha, denominado Buzzard, onde total recuperável de reservas é de mais de 550 milhões de barris. As reservas do



* **LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA** é cientista político e historiador, professor titular de história da política exterior da UnB e autor de mais de 20 obras, entre as quais Brasil, Argentina e Estados Unidos – Cooperação e conflito na América do Sul (Da Triplíce Aliança ao Mercosul).

¹ Telegrama 243, confidencial, Exteriores para Brasemb- Buenos Aires, 03.04.1982.. Classificação: 900.2 (B29) (F27) – Ilhas Malvinas – AMRE-B.

² Ibid.

³ Telegrama 1154 2 19:30H Em aditamento ao telegrama n. 1126. Classificação 900.2 (B29) (F27). AMRE-B.

⁴ Nil Nikandrov. “Oil war in South Atlantic: Great Britain vs. Latin America” **Strategic Culture Foundation**. 07.02.2012. “Q&A: The Falklands oil row.” **BBC News**. Wednesday, 17 February 2010.

campo Sea Lion, em torno das Malvinas/Falklands são estimadas em 450 milhões de barris, e está sendo explorado pela companhia Rockhopper. E Falkland Oil and Gas Limited e a Borders & Southern Petroleum em 2012 já estavam a prospectar o sudeste do arquipélago.⁵

A disputa das Malvinas/Falklands

O arquipélago das Malvinas/Falklands, na região sub-antártica do Atlântico Sul e 483 km distante da costa da Argentina, é constituído por duas grandes ilhas (Soledad, a leste e Gran Malvina, a oeste) e aproximadamente outras 700 ilhas menores e rochedos. Há muitas

controvérsias sobre seu descobrimento e colonização. Tudo indica que o navegador holandês Sebald de Weert (1567-1603), da Companhia Holandesa das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie* – VOC), foi o primeiro que avistou esse arquipélago e o cartografou, em 1598/1600, dando o nome Ilhas de Sebald é o que consta nos mais antigos, sobretudo os holandeses. Mas o primeiro a desembarcar numa das ilhas, 1690, foi John Strong, comandante do HMS *Welfare*, e batizou o arquipélago com Falkland Islands, em homenagem a Anthony Cary, 5th Viscount of Falkland, (1656–1694), que havia patrocinado a expedição.

Posteriormente, em 1764, um navegador de Saint Malo (cidade portuária na Bretanha) Louis Antoine de Bougainville (1729-1811) fundou uma base naval em Port Louis (Malvinas Oriental) e denominou o arquipélago de Îles Malouines (daí a origem do nome Malvinas). Não obstante, um ano depois, o comodoro John Byron (1723-1786), avô do Lord Byron, o notável poeta inglês, construiu um forte em Port Egmont, na pequena ilha Saunders, ao norte das Malvinas/Falklands ocidentais, e reclamou a soberania do arquipélago para a Grã-Bretanha. Pouco depois, em 1766, a Espanha obteve da França a cessão de sua base, o Port Saint Louis, nas Malvinas Orientais, e em 1774 conseguiu expulsar o contingente britânico do Port Egmont, na ilha Saunders.

A partir de 1811, porém, a Espanha abandonou o arquipélago das Malvinas, em consequências das guerras pela independência de suas colônias nas Américas, e seu domínio, nos anos 1820, passou virtualmente para Buenos Aires, à frente das Províncias Unidas do Rio da Prata. Esse domínio formal não durou mais que treze anos. Em 2 de janeiro de 1833, o capitão James Onslow, comandante da fragata HMS *Clio*, chegou a Puerto Soledad (antes Port Louis), expulsou o capitão José Maria Pinedo e os poucos



Fonte: World Fact Book 1

⁵ Julia Kollewe. "Talk of Falklands oil boom heightens tensions as war anniversary nears. Up to 8.3bn barrels of oil could be up for grabs, ramping up tensions as the 30th anniversary of the war between the UK and Argentina approaches". **The Guardian**, Thursday 16 February 2012

colonos argentinos, que lá haviam começado a povoar em 1827, e substituiu a bandeira da Argentina pela bandeira da Grã-Bretanha. Puerto Soledad, na maior ilha, tornou-se Port Stanley e a colonização do arquipélago, como território britânico no ultramar, começou com imigrantes escoceses, galeses e irlandeses.

“Las Malvinas son argentinas”

Entretanto, a Argentina, desde então, nunca deixou de reivindicar soberania sobre as Malvinas como parte integral e indivisível de seu território, integrantes da província da Terra do Fogo, juntamente com a Antártica e as outras ilhas do Atlântico Sul, considerando que elas foram "ocupadas ilegalmente por uma potência invasora", a Grã-Bretanha. Não resta a menor dúvida de que o general Leopoldo Galtieri tentou ganhar apoio para a tão desgastada e desmoralizada ditadura militar, despertando o sentimento patriótico do povo argentino, ao tomar a iniciativa de invadir as Malvinas, cerca de três meses e dez dias, após derrubar o general Roberto Viola (1924-1994) da chefia da Junta Militar e assumir o poder. A possibilidade da existência de petróleo na região das Malvinas, como um dos fatores da invasão, não constituiu, porém, mera especulação de alguns jornais da Itália. O presidente Ronald Reagan (1981-1989) anotou, no seu diário, que telefonou para o general Galtieri e, durante 40 minutos, tentou persuadi-lo a não invadir as Malvinas/Falklands e que então *“we learn there is possibility of oil there”* (soubemos da possibilidade de que ali havia petróleo).⁶ Também o secretário de Estado do presidente Ronald Reagan, Alexander Haig, escreveu que as explorações geológicas haviam revelado que as Malvinas/Falklands estavam sobre um largo campo submarino de petróleo e que alguns assessores entendiam a disputa entre a Argentina e a Grã-Bretanha poderia ser resolvida por meio de entendimento sobre os direitos de exploração.⁷

A possibilidade da existência de petróleo na região constituiu, decerto, um dos vários motivos geopolíticos, não propriamente da Junta Militar, mas, sobretudo, dos setores da administração do presidente Ronald Reagan que o encorajaram o general Leopoldo Galtieri a destituir, mediante um golpe branco, o general Roberto Viola (1924-1994), em 10 de dezembro de 1981, e menos de quatro meses depois, invadir as Malvinas/Falklands, em 2 de abril de 1982.

Alarme em Washington

Os círculos políticos em Washington estavam alarmados com o fato de que a Argentina e o Brasil, em maior ou menor grau, aproximavam-se da União Soviética, não obstante o caráter anticomunista dos seus regimes militares, ao mesmo tempo em que as contradições econômicas e políticas com os Estados Unidos cada vez mais se acentuavam. E o alarme com os rumos da América do Sul recrescera, desde que, em maio de 1980, o general João Batista Figueiredo (1918-1999) realizou uma visita de Estado a Buenos Aires (a primeira de um chefe de governo brasileiro desde 1935), e assinou com o general Jorge Rafael Videla, chefe da Junta Militar, diversos protocolos de cooperação, tratando de sepultar a rivalidade e a hipótese de conflito permanente como vetores do relacionamento entre o Brasil e a Argentina. Os acordos, na área militar, visavam à fabricação conjunta de aviões – o caça-bombardeiro AX e o bimotor

⁶ Reagan, Ronald. **The Reagan Diaries**. Nova York: HarperCollins Publishers, 2007, p. 77.

⁷ Haig Jr., Alexander M. **Caveat: Realism, Reagan and Foreign Policy**. New York: MacMillan Publishing Company, 1984, p. 268.

CX – e mísseis – bem como ao fornecimento de produtos siderúrgicos da Siderbras a Fabricaciones Militares de Argentina. Com outro protocolo, os dois países estabeleceram a cooperação para colocar um satélite de comunicações, em órbita comum e a Argentina comprometeu-se a fornecer 240 t de urânio ao Brasil. O acordo, na área da energia nuclear, permitindo aos dois países, não signatários do Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares (TNP), alcançarem mais rapidamente o domínio do ciclo completo da tecnologia de enriquecimento de urânio, foi o que mais assustou Washington.⁸

A aliança entre o Brasil e a Argentina tendeu a aprofundar-se e consolidar-se, quando o general Roberto Viola, da corrente nacionalista, em 29 de março de 1981, substituiu o general Jorge Rafael Videla na presidência da Junta Militar, conforme as normas de rotatividade, nomeou Oscar Camilion, embaixador da Argentina no Brasil, e, dois meses depois, fim de maio, encontrou-se com o general João Figueiredo, em Paso de los Libres.

Ao governo de Washington não interessava, absolutamente, que o Brasil, cuja presença se consolidava na África Ocidental - Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde - e contribuía para sustentar regimes de esquerda, ao lado da União Soviética e de Cuba, passasse a dominar o Atlântico Sul, juntamente com a Argentina.⁹ Não lhe convinha que o Atlântico Sul, rota de fundamental importância para a segurança dos Estados Unidos, se tornasse, virtualmente, um “lago brasileiro”, dado que o carregamento de petróleo do Golfo Pérsico, circundando o Cabo da Boa Esperança, transitava por suas linhas marítimas, com destino ao Caribe e à Europa Ocidental. E os militares americanos receavam que a União Soviética, com poderosa frota de submarinos e cruzadores anti-submarinos, viesse a estabelecer bases no Atlântico Sul, em Luanda e Cabo Verde. O fato de dominar a maior parte da costa oriental daquele oceano e quase toda a extensão da rota, desde o Cabo da Boa Esperança (África do Sul), passando pelo gargalo entre Natal e Dacar, até às proximidades da Bacia do Caribe, conferia ao Brasil, portanto, enorme relevância estratégica para a proteção do tráfego marítimo, em uma área de circulação alternativa e que se tornaria obrigatória, caso de fechamento do Canal de Suez.

Cooptação da Junta Militar

Assim, pouco depois da assunção do presidente Ronald Reagan, em 20 de janeiro de 1981, seu secretário de Estado, general Alexander Haig, suspendeu as sanções impostas pelo ex-presidente Jimmy Carter (1977-1981) e tratou de aproximar-se da Junta Militar, com o fito de contrapor a Argentina ao Brasil. E o esforço para cooptar os militares argentinos e influenciá-los no sentido de modificar a política exterior do país intensificou-se no curso de todo o ano e início de 1982. Altos funcionários e militares argentinos e americanos realizaram assíduas viagens entre Buenos Aires e Washington. A Argentina recebeu a visita de vários oficiais americanos, da mais alta patente, tais como o almirante Harry Train, comandante da frota do Atlântico, contra-almirante Peter K. Cullins, comandante das forças no Atlântico Sul, o brigadeiro-

⁸ Roett, Riordan & Wiegand, Gunnar - “The Role of Argentina and Brazil – A View from the United States”, SAIS, Center of Brazilian Studies, John Hopkins School of Advanced International Studies, Washington, D.C., p. 28.

⁹ Jim Brooke, “Brazil’s Ambitions Expansion Into Africa Runs Counter to U.S. Tack”, in *The Washington Post*, Washington, 15-4-1981, p. A-27

general Richard A. Ingram, comandante da Força Aérea e da Escola de Estado-Maior, e o general Edward C. Meyer, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos¹⁰. O general Vernon Walters, apoiado por Jeane Kirkpatrick, embaixadora norte-americana nas ONU, e Roger Fontaine, no Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, visitou várias vezes Buenos Aires, na condição de embaixador especial do presidente Ronald Reagan¹¹, e negociou, tudo indica, o fornecimento de armas à Argentina, que gastara entre 1978 e 1982 cerca de US\$ 16,7 bilhões, quase metade de sua dívida externa, com a sua aquisição de outros países, inclusive da Grã-Bretanha¹². As compras de armamentos, então, “*se concentraron bruscamente en los proveedores representados por el general norte-americano Vernon Walters, de la United Technologies Corporation, cuya presidencia fuera ocupaba por el general Alexander Haig*”¹³.

Em seus esforços para seduzir o militares da Argentina, o general Edward C. Meyer convidou o general Leopoldo Fortunato Galtieri, comandante-em-chefe das Forças Armadas a visitar os Estados Unidos, onde, só em 1981, esteve duas vezes, sendo a última em novembro, quando passou dez dias em Washington, e foi recebido por quase todos altos escalões da Casa Branca – exceto presidente Ronald Reagan. E aí ele buscou reviver a proposta, inspirada pelo Departamento de Estado, para o estabelecimento de um pacto político-militar no Atlântico Sul, envolvendo a África do Sul, pacto este rejeitado pelo Brasil, e começou a cooperar estreitamente com a política de Reagan na América Central, aonde enviou assessores em contra-insurreição e agentes dos serviços de inteligência da Argentina, com a experiência na “guerra súcia”, com a missão de treinar as tropas de El Salvador no combate às guerrilhas da Frente de Liberación Nacional Faribundo Marti e participar de operações encobertas contra o regime sandinista da Nicarágua¹⁴.

A Junta Militar imaginou que os Estados Unidos, por interesse próprio e como contrapartida pela colaboração da Argentina na América Central, evitassem uma reação armada da Grã-Bretanha e esta se limitasse a protestos verbais. “*It has been suggested that the Argentinian believed that the United States would tolerate their aggression*” – escreveu em suas memórias o secretário de Estado Alexander Haig, afirmando que não havia qualquer base para esse erro de interpretação e de cálculo.¹⁵ O general Haig confirmou, porém, que, de fato, o general Galtieri havia sugerido ao embaixador Harry W. Schlaudeman que Washington devia concordar com a invasão das

rota¹⁰ Thorton, Richard C. **The Falklands sting: Reagan, Thatcher, and Argentina's bomb**. Washington, DC: Brassey, 1998, p. 63.

¹¹ Roett, Riordan & Wiegand, Gunnar - “The Role of Argentina and Brazil - A View from the United States”, SAIS, Center of Brazilian Studies, John Hopkins School of Advanced International Studies, Washington, D.C., p. 2-3. Grabendorff, Wolf - “De País Aislado a Aliado Preferido? Las Relaciones entre la Argentina y los EUA: 1976-1981” in *El Poder Militar en la Argentina - 1976-1981*, Buenos Aires, Editorial Galerna, 1983, pp. 159-160. Cardoso, R. Kirschbaum, & Van Der Kooy - 1983, pp. 22-27.

¹² Thornton, Richard C. **The Falklands sting: Reagan, Thatcher, and Argentina's bomb**. Washington, DC: Brassey, 1998 p. xv. “Los vendedores de armas hicieron gigantescos negocios con la Argentina cuando se elevaba la temperatura del conflicto con el Chile, que no llegó a estallar, y no dejaron de hacerlos en los años siguientes”. Garcia Lupo, Rogelio. *Diplomacia secreta y rendición incondicional*. Buenos Aires: Legasa, 1983, 124.

¹³ Ibid. p. 124.

¹⁴ Ibid., pp. 180-183.

¹⁵ Haig JR., Alexander M. *Caveat: Realism, Reagan and Foreign Policy*. New York: MacMillan Publishing Company, 1984, p. 296.

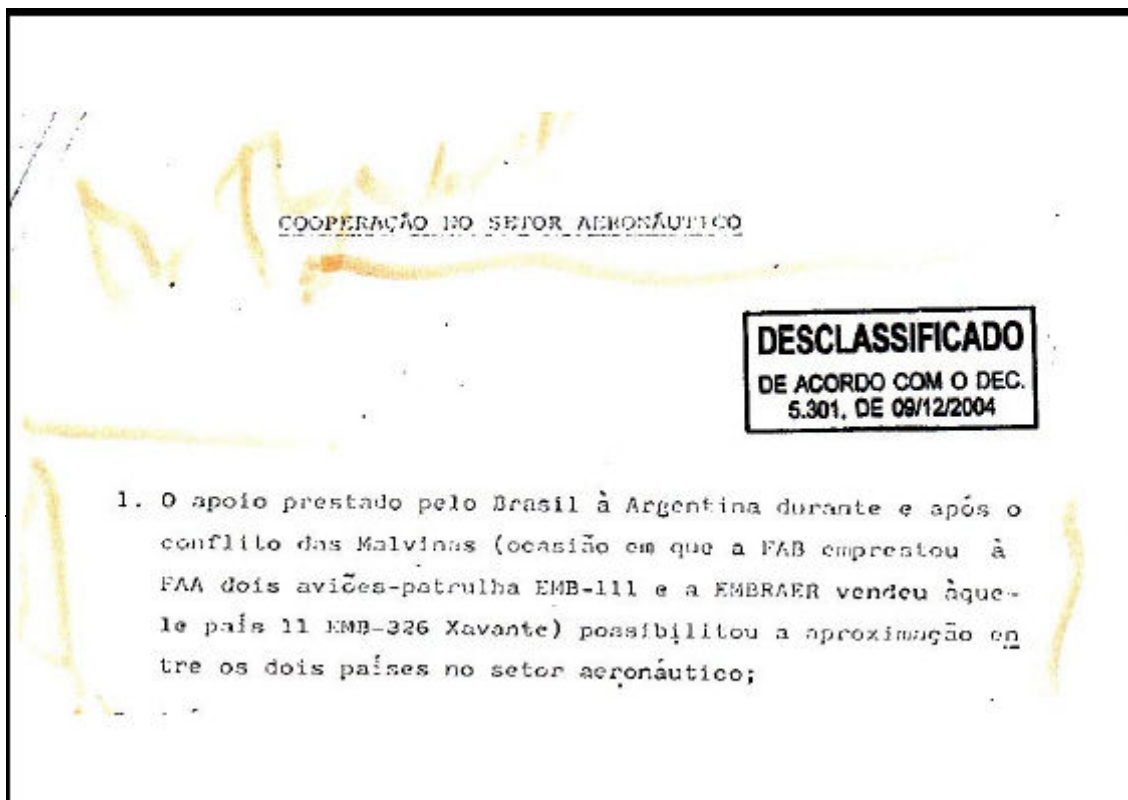
Malvinas/Falklands como um *quid pro quo* pelo apoio da Argentina aos Estados Unidos, no Hemisfério Sul.¹⁶ Tal perspectiva, segundo se soube, foi insinuada pelo general Vernon Walters, embaixadora Jeane Kirkpatrick, e Roger Fontaine.

De qualquer forma, da íntima cooperação com o Pentágono, a Junta Militar inferiu, correta ou incorretamente, que os Estados Unidos estariam também interessados em uma solução favorável à Argentina, no litígio sobre as Malvinas/Falklands, de modo que, em tais circunstâncias, a Grã-Bretanha não podia concordar com o projeto dos Estados de instalar uma base militar naquele arquipélago¹⁷, conjugada com a montagem de outra, na Patagônia, junto ao Estreito de Magalhães. Os Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial, já planejavam a instalação de tais bases, com o objetivo de fortalecer a estrutura defensiva no Atlântico Sul e, globalizando a segurança continental, enfrentar e deter a expansão da União Soviética.¹⁸

As Falklands/Malvinas, com efeito, constituíam um posto avançado para o controle ao redor do Cabo Horn, embora seu valor estratégico houvesse diminuído desde que a abertura do Canal do Panamá oferecera uma rota mais curta do Atlântico para o Pacífico. De qualquer forma, as bases americana no arquipélago das Malvinas/Falklands funcionaria como uma chave do Atlântico Sul, permitindo aos Estados Unidos fiscalizar o transporte do petróleo originário do Oriente e vedando qualquer pretensão que o Brasil pudesse ter em relação à Antártida.¹⁹

O apoio do Brasil

O suporte efetivo do Brasil à Argentina, em meio da solidariedade prestada pelos demais países latino-americanos, foi de “*crucial significance*”, na opinião do professor Richard C. Thorton²⁰. O Brasil, que sempre defendeu o direito de soberania da Argentina sobre o arquipélago, assumiu a representação dos seus interesses em Londres e procurou evitar que a Grã-Bretanha empreendesse ataques ao seu território continental



o que o levaria a entrar no conflito armado.²¹ Aliás, no início, o presidente João Figueiredo pretendeu fazê-lo, invocando o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), i. e., o Tratado do Rio de Janeiro, (1947), alinhando militarmente o Brasil à Argentina. Porém o Itamaraty ponderou que a agressão partira da Argentina e não da Grã-Bretanha. Daí que, somente por discordar da ação armada como meio para resolver o litígio, o governo do Brasil manteve a neutralidade, mas uma neutralidade imperfeita, i. e., favorável, de fato, à Argentina. De acordo com a informação do general Octávio Aguiar de Medeiros, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) e documentos do Itamaraty, o presidente João Figueiredo determinou ao ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica, que fornecesse à Argentina onze EBM-326 *Xavante*, caças a jato, os primeiros fabricados pelo Brasil e já em uso pela Força Aérea Brasileira (FAB)²². Nada cobrou por eles e esses caças a jato nem chegaram a entrar em operação, devido à curta duração do conflito. O Brasil também cedeu à Argentina dois aviões-patrolha EMB 111, fabricados pela Embraer e estacionados na Base Aérea de Santa Catarina, a fim de patrulha o litoral e acompanhar a movimentação da esquadra britânica. Repintados com as cores da Argentina, os próprios oficiais brasileiros tiveram de pilotar os aparelhos, nos vôos de rastreamento sobre o Atlântico Sul, porquanto não havia tempo para treinar os argentinos²³.

O Brasil forneceu ainda tubos para obuses e peças para fuzis e metralhadores, no valor de US\$ 2,7 milhões, e essa participação direta e indireta só não alcançou maior proporção, com o fornecimento também de foguetes do Sistema Balístico Ar-Terra

²¹ Ibid., p. 228.

²²Memorandum para o Sr. Chefe do DPR – Confidencial – DAM-I 102. 05.11.1986. Relações Brasil-Argentina – Visita presidencial. Pedido de subsídios. Secretaria de Estado de Relações Exteriores. PNEMEM Argentina – Maço II.Cooperação Técnica e Industrial 11.06.1980 – 03.10.1985. AMRE – B. Entrevista do general Octávio Aguiar de Medeiros in revista *Veja*, São Paulo, 9.7.1997, pp. 55-59.

²³ Essa informação foi pela primeira vez publicada em obra de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Na época, o jornalista Geneton Moraes, ao preparar uma reportagem sobre o fato, levada ao ar em – Fantástico – programa dominical da TV Globo, enviou por fax ao Ministério da Aeronáutica um questionário com perguntas, aqui transcritas com as respectivas respostas do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica:

“Em atenção ao seu fax vimos informá-lo de que:

1. Quanto tempo de treinamento um piloto necessita até ficar apto para comandar aviões desse tipo?

R. Em tempo de paz, dois anos de treinamento para plena operacionalidade, para pilotos que não estejam qualificados na aeronave e na missão.

2. O que o Ministério da Aeronáutica tem a dizer sobre a participação de pilotos brasileiros em missões de patrulhamento ? Os pilotos brasileiros tiveram tempo de treinar os pilotos argentinos?

R. Não houve participação de pilotos brasileiros.

3. Quantos EMB, que já estavam incorporados à frota da Força Aérea Brasileira, foram repassados para a Argentina?

R. O assunto, por envolver relações internacionais, deverá ser melhor conduzido pelo Ministério das Relações Exteriores”.

Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, Fax nº. 061 313 2156 ; Assunto: venda de aviões de patrulha para a Argentina. Brasília, 6.10.1993. AA.

A resposta do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, embora afirme que “não houve participação de pilotos brasileiros”, confirma o fato, ao informar que, em tempo de paz, eram de dois anos o prazo necessário para treinamento de pilotos que não estivessem qualificados na aeronave e na missão. A Argentina não possuía pilotos com qualificação para pilotar aquele tipo de avião fornecido pelo Brasil. E a guerra nas Malvinas/Falklands não durou mais do que três meses, não sendo possível, nesse curto espaço de tempo, o treinamento de qualquer piloto argentino, por mais intensivo que fosse.

(SBAT-70) de 2,75 polegadas, tanques e outros petrechos bélicos, porque o conflito logo terminou com a vitória da Grã-Bretanha.

As dificuldades em Washington

A invasão das ilhas Malvinas/Falklands criou sérios embaraços para a administração do presidente Ronald Reagan. Os Estados Unidos nunca haviam reconhecido a soberania nem argentina nem britânica e o *inner-circle* de Washington estava dividido quanto à atitude a tomar diante da aventura do general Leopoldo Galtieri. O próprio presidente Ronald Reagan referiu-se em suas memórias à “*some resistance*” da embaixadora Jeane Kirkpatrick à sua decisão de alinhar-se com a Grã-Bretanha.²⁴ E Haig relatou que ela “*vehemently*” se opôs a que os Estados Unidos assumissem uma posição que condenasse a Argentina e apoiasse a Grã-Bretanha, com base na lei internacional.²⁵ Jeane Kirkpatrick disse a Reagan que tal posição custaria aos Estados Unidos “*a hundred years of animosity in Latin América.*”²⁶

A conexão secreta da CIA com os argentinos, financiando o treinamento dos *contra*, criou problemas para o governo de Washington, que temeu uma retaliação por parte da Junta Militar de Buenos Aires, suspendendo sua colaboração na luta contra o regime sandinista. Não obstante, após o fracasso dos seus bons-ofícios, visando a solucionar pacificamente o conflito, o presidente Reagan,²⁷ não teve alternativa senão respaldar abertamente a Grã-Bretanha, fornecendo todo o suporte logístico à força-tarefa enviada pela *premier* Margaret Thatcher, para a recuperar as Malvinas/Falklands. Os compromissos dos Estados Unidos com a OTAN eram mais fortes e importantes que o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR). E a Argentina, cerca de dois meses e meio após a invasão do arquipélago, perdeu a guerra. Suas mal treinadas tropas, em 14 de junho, renderam-se enquanto o general Galtieri, um “*comic dictator in a gaudy uniform*”, segundo a expressão de Alexander Haig²⁸, gritava estar “surpreendido” com a “traição de Washington”.²⁹

Lição da Guerra das Malvinas

Pouco depois da rendição da Argentina, o embaixador John Hugh Crimmins declarou, perante o Sub-Comitê de Assuntos Interamericanos da *House of Representatives* dos Estados Unidos que, se alguma vez houve em Washington a tentação de intentar modificar, pela via militar, a política exterior do Brasil, ela deveria ser “rapidamente superada”, pois representaria um “salto no escuro”, com sérios riscos para a coesão do regime, para o destino da abertura democrática e para a posição dos Estados Unidos.³⁰ Esta advertência ele fazia, segundo salientou, porque se lhe afigurava como “predisposição” de Washington ver, de modo indiscriminado, os militares da América

²⁴ Reagan Ronald. *An American Live*. Nova York: Simon & Schuster, 1990, p. 358.

²⁵ Haig Jr, Alexander M. **Caveat: Realism, Reagan and Foreign Policy**. New York: MacMillan Publishing Company, 1984/1984,, pp. 268-269.

²⁶ *Ibid.*, pp. 268-269.

²⁷ Ledeen, Michael A. **Perilous Statecraft**. An Insider's Account of the Iran-Contra Affair. New York: Charles Scribner's Sons, 1988, pp. 28-29.

²⁸ *Ibid.*, p. 266.

²⁹ Garcia Lupo, Rogelio. **Diplomacia secreta y rendición incondicional**. Buenos Aires: Legasa, 1983, p. 71.

³⁰ Depoimento do embaixador John Hugh Crimmins in **United States-Brazilian Relations – Hearing before the Subcommittee on Inter-American Affairs**, July 1982, pp. 58-59

Latina como baluartes da estabilidade e segurança.³¹ Mas esperava que a experiência das Malvinas/Falklands pudesse induzir a algumas reflexões, uma vez que a “assídua cultivação” dos militares da Argentina, em geral, e do general Galtieri, em particular, não aumentara nem a estabilidade nesse país nem a segurança na América Latina.³² Antes, a possibilidade era a de que viesse a acarretar o efeito oposto, conforme a estimativa do embaixador John Crimmins, cujo depoimento entremostrou que, efetivamente, a administração do presidente Ronald Reagan encorajara a derrubada do general Roberto Viola e sua substituição pelo general Leopoldo Galtieri, com o fito de modificar a política exterior da Argentina de alinhamento com o Brasil.

³¹ Ibid., pp. 58-59.

³² Ibid., pp. 58-59.